QUARTA-FEIRA, 30 DE MAIO DE 1990

∃ Saques

## S<u>enado</u> exige resposta de Zélia em 24 horas

BRASÍLIA — A ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, terá de responder até amanhã ao pedido de informações do senador Jamil Haddad (PSB-RJ) sobre os saques superiores a Cr\$ 500 mil na rede bancária entre os dias 15 de fevereiro e 15 de março. O prazo de 24 horas começa a contar a partir da entrega do oficio da Mesa do Senado, que deve ocorrer hoje. Se não responder, a ministra pode ser processada por crime de responsabilidade. O pedido original do senador Jamil Haddad foi encaminhado há dois meses, no dia 29 de março, mas não foi atendido no prazo de 30 dias estabelecido pelo parágrafo 2º do Artigo 50 da Constituição. Para não responder ao pedido, a ministra baseou-se na argumentação da assessoria jurídica do Banco Central, segundo a qual a Lei que estabeleceu o sigilo bancário, de 1964, ainda está em vigor apesar da promulgação da Constituição.

O novo pedido de informações foi reforçado com a decisão da Comissão de Constituição e Justiça do Senado, na semana passada, por nove votos a dois (um contra e uma abstenção), obrigando a ministra a cumprir o prazo constitucional. O presidente do Senado, Nélson Carneiro (PMDB-RJ), lembrou ontem que a própria ministra, em depoimento no plenário do Senado, admitiu enviar a resposta do pedido de informações ao Senado se houvesse uma decisão nesse sentido.

Na sessão de ontem do Senado, ninguém colocou em dúvida o compromisso da ministra de cumprir a Constituição, mas para o senador Mário Covas (PSDB-SP) o episódio pode prejudicar a imagem da Casa como instituição. Covas se referia à resposta dada pela ministra ao pedido original, em que ela se baseou na opinião jurídica de um chefe de gabinete da presidência do Banco Central. "Ou o Senado se faz respeitar ou terá contra si a opinião pública", observou.

A única dúvida dos senadores é saber que Poder tem a atribuição de processar a ministra — no caso de ela novamente não enviar a resposta ao pedido requerido pela Mesa — se o Senado ou a Câmara dos Deputados.